

ANEXO IV

Fundamentação das isenções

(*cfr*) previsão da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro

Considerando as isenções, totais ou parciais (reduções), agora inseridas no Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro no n.º 2 do artigo 29.º e nos n.ºs 3 e 5 do artigo 30.º, apresenta-se a sua fundamentação, conforme estipulado pela alínea *d*) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais:

N.º 2 do artigo 29.º: “O valor da parcela T2 devida pela emissão de alvará de licença ou comunicação prévia de operações sujeitas a controlo prévio pode ser reduzido nas situações de legalização de operações urbanísticas promovidas por indústrias, desde que reconhecido o seu caráter de excecionalidade e relevante interesse municipal mediante deliberação camarária.”

A introdução da possibilidade de redução da parcela T2 da taxa devida pela emissão de alvará de licença ou comunicação prévia de operações sujeitas a controlo prévio (não se optando pela hipótese de isenção da própria parcela T1 face ao escopo lucrativo das empresas) nas situações de legalização de obras por parte de indústrias, funda-se na necessidade de favorecer a manutenção da atividade da indústria e consequentemente, contrariar a cessação de postos de trabalho, em situações em que a mesma pode ser reabilitada, e apenas não o é, pelo seu fator económico. Em função, entre outras, da dimensão, receitas, número de trabalhadores e desenvolvimento económico gerado pela indústria, será possível avaliar o impacto que a concessão da redução pode gerar na manutenção da atividade, e o retorno que a indústria dá ao Concelho.

N.º 3 do artigo 30.º: “A ocupação do espaço público de caráter duradouro, com rampas ou infraestruturas semelhantes para deficientes, em edifícios existentes, que cumpra com os parâmetros aplicáveis pela legislação em vigor, está isenta do pagamento das taxas devidas por ocupação do espaço público, quando justificada a impossibilidade da sua colocação no interior da edificação.”

A atribuição deste benefício justifica-se pela necessidade do cidadão portador de deficiência não ver mais prejudicada a sua mobilidade, permitindo-lhe o acesso a meios que melhorem a sua qualidade de vida, aplicando-se ainda o princípio da igualdade e o cumprimento da alínea *d*) do artigo 9.º e no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa; no artigo 3.º da Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto e no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

A impossibilidade será aferida técnica e economicamente face à proposta apresentada e suas alternativas.

A mesma isenção encontra-se prevista na alínea *f*) do n.º 1 do artigo 10.º para obras realizadas em espaço privado isentas de controlo prévio, sendo consideradas obras de escassa relevância urbanística — sem prejuízo da obrigatoriedade de observância das disposições legais e regulamentares em vigor — não havendo lugar a licenciamento nem pagamento de taxa.

N.º 5 do artigo 30: “A taxa devida pela emissão de alvará de licença ou comunicação prévia de operações sujeitas a controlo prévio promovidas pelas IPSS e outras associações sem fins lucrativos de âmbito social, desportivo, cultural, comunitário e humanitário, pode ser reduzida ou isentada quando aquelas sejam reconhecidas como de interesse municipal mediante deliberação camarária, atendendo, entre outros, à sua função e conexão com as atividades prosseguidas pela entidade e o impacto/relevância da prossecução do objetivo da obra.”

A presente norma corresponde parcialmente ao disposto na antiga alínea *d*) do n.º 1 do artigo 29.º Pretende-se agora através deste alargamento da redução ou isenção da taxa (que passa a englobar T1+T2 devida pela emissão de alvará de licença ou comunicação prévia), e que passa a abarcar todas as operações sujeitas a controlo prévio promovidas pelas IPSS e outras associações sem fins lucrativos de âmbito social, desportivo, cultural, comunitário e humanitário, prestar apoio às entidades particulares que prosseguem princípios de solidariedade e de cooperação na comunidade, e que face ao seu escopo não lucrativo, carecem de meios para a sua efetivação, desta forma se apoiando o desenvolvimento social do Concelho, incentivando-se a criação de respostas sociais úteis.

A norma prevê ainda a possibilidade da sua aplicação para efeitos da legalização de edificações destas instituições, que se impõe executar urgentemente no concelho.

Fundamenta-se ainda na prossecução do interesse público, considerando que visa auxiliar na concretização dos fins estatutários das

instituições sem fins lucrativos (solidariedade e comunitário), considerando que as suas maiores dificuldades orçamentais para realizar o seu fim estatutário, ao mesmo tempo que contribuem para a realização das atribuições incumbidas ao próprio Município, prosseguindo elas próprias, o interesse público municipal.

310655561

MUNICÍPIO DA AZAMBUJA

Aviso n.º 9368/2017

Homologação das listas unitárias dos procedimentos concursais comuns para ocupação de um (1) posto de trabalho na categoria de assistente operacional (coveiro) e um (1) posto de trabalho na categoria de assistente operacional (tratorista), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, publicados no Diário da República, 2.ª série, n.º 232, de 06 de dezembro de 2016, através do aviso n.º 15218/2016.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, na sua atual redação, tornam-se públicas as listas unitárias de ordenação final dos procedimentos concursais comuns para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho, para o exercício de funções inerentes à categoria de assistente operacional, na área de coveiro e um posto de trabalho, para o exercício de funções inerentes à categoria de assistente operacional, na área de tratorista, abertos por aviso publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 232, de 05 de dezembro de 2016, homologadas por meu despacho de 17 de abril de 2017:

Referência *b*) — 1 lugar de coveiro

1.º Hugo Miguel da Costa Antunes — 12,00 valores.

Referência *c*) — 1 lugar de tratorista

1.º Francisco Manuel Bolas Gonçalves — 16,20 valores;

2.º Pedro Filipe Fernandes Curto — 13,20 valores.

Para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, as listas unitárias de ordenação final dos candidatos aprovados, encontram-se disponíveis para consulta nas instalações e página eletrónica do Município.

27 de abril de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Luís Manuel Abreu de Sousa*.

310558831

MUNICÍPIO DA BATALHA

Anúncio n.º 141/2017

Decisão Final relativa à fixação da Zona Especial de Proteção do Sítio de Interesse Municipal da Pedreira Histórica de Valinho do Rei e do Sítio de Interesse Municipal da Pedreira Histórica de Pidiogo, sitas na freguesia do Reguengo do Fetal, concelho de Batalha.

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, Presidente da Câmara Municipal da Batalha:

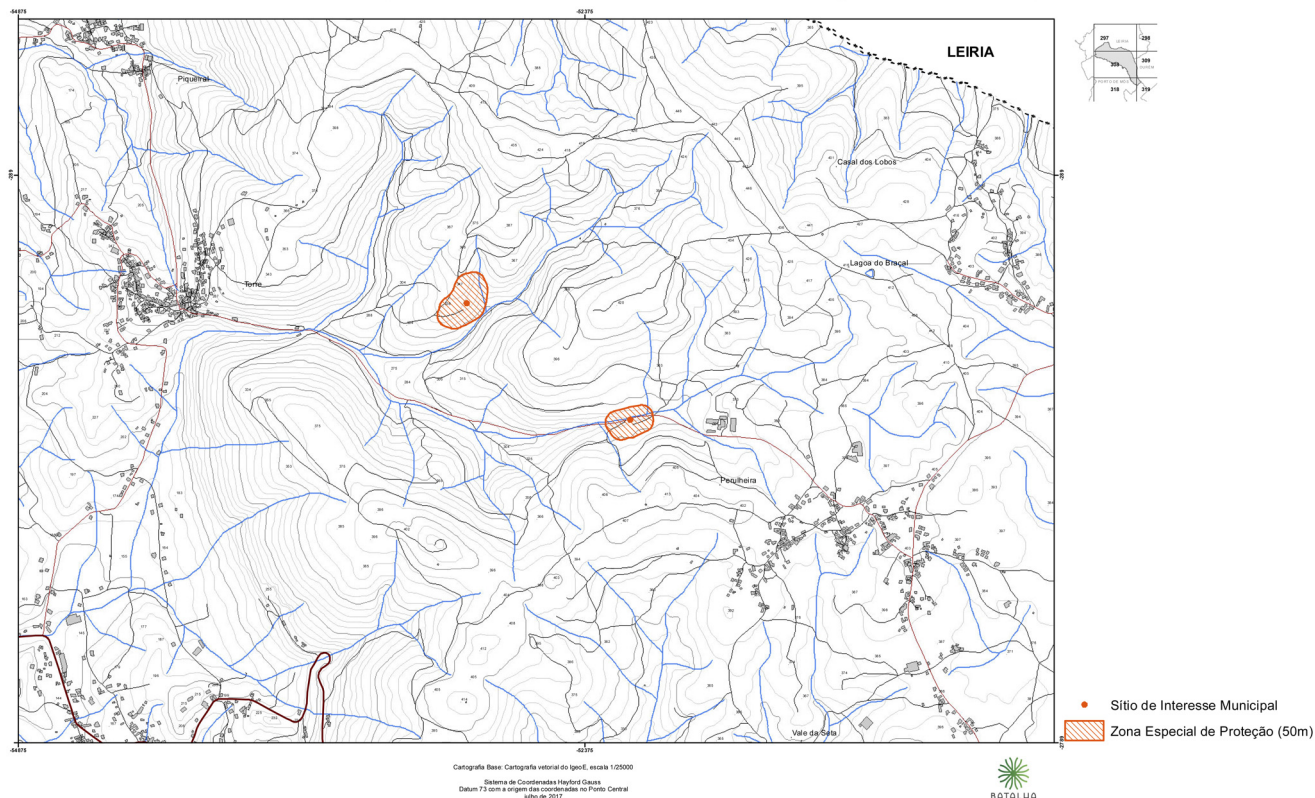
Faz Público que, nos termos da alínea *f*), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual reação, e de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, foi aprovada pelo executivo municipal, em reunião ordinária de 3 de janeiro de 2017, a fixação de uma Zona Especial de Proteção dos Sítios de Interesse Municipal das Pedreiras Históricas de Valinho do Rei e de Pidiogo (Deliberação n.º 2017/0012/DOTOM-STOT).

Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, procedeu-se à publicitação para consulta dos elementos do processo no sítio da Internet, no boletim municipal e nos jornais regionais.

Em acordo com o estatuído no artigo 32.º do referido decreto-lei que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda, publica-se a decisão final de fixação da zona especial de proteção de 50 metros dos Sítio de Interesse Municipal da Pedreira Histórica de Valinho do Rei e do Sítio de Interesse Municipal da Pedreira Histórica de Pidiogo, sitas na freguesia do Reguengo do Fetal.

19 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal da Batalha, *Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos*.

Localização dos Sítios de Interesse Municipal das Pedreiras Históricas de Valinho do Rei e Pidiogo- fixação de Zona Especial de Proteção



310657295

MUNICÍPIO DE CASTRO DAIRE

Aviso n.º 9369/2017

Consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras

Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, nos termos do n.º 1 e n.º 5 do artigo 99.º-A aditado à LTFP aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua atual redação, inserida no artigo 270.º da LOE para 2017, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras, por meu despacho, exarado a 25 de julho de 2017, reportando todos os seus efeitos à mesma data:

Da Assistente Técnica, Dina Isabel Costa Pereira, como Técnica Superior da Subunidade Orgânica de Recursos Humanos da Divisão Administrativa e Financeira, ficando com a remuneração base correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única.

26 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Fernando Carneiro Pereira*.

310670213

MUNICÍPIO DE ESTREMOZ

Aviso n.º 9370/2017

Luís Filipe Pereira Mourinha, Presidente da Câmara Municipal de Estremoz torna público nos termos e para efeitos do disposto do artigo 139.º do Código do Procedimento Administrativo e artigo 56.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que a Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada no dia 30 de junho de 2017, sob proposta da Câmara Municipal de Estremoz de 31 de maio de 2017, aprovou o Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Estremoz.

O Presente Regulamento entra em vigor no dia útil seguinte à data da sua publicação no *Diário da República*.

18 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara, *Luís Filipe Pereira Mourinha*.

Preâmbulo

O regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, diploma posteriormente alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro, e 48/2011, de 01 de abril.

Seguidamente, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, foram introduzidas significativas alterações ao referido Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, entre as quais se destaca a liberalização dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, dos recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos.

Atendendo ao volume de alterações a introduzir no Regulamento em vigor, aprovado em reunião de Câmara de 5 de setembro de 2012 e em sessão de Assembleia de 03 de outubro de 2012, entendeu-se ser necessário proceder à elaboração de um novo Regulamento.

O artigo 4.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, estabelece que as Câmaras Municipais deverão adaptar os seus regulamentos de horários de funcionamento à liberalização prevista naquele diploma ou que restrinjam os períodos de funcionamento dos estabelecimentos supra mencionados.

Assim, não perdendo de vista o equilíbrio e compatibilização que deverá existir entre os princípios do interesse público e da livre iniciativa privada, o equilíbrio e harmonização dos interesses dos agentes económicos do concelho, bem como a proteção da segurança e qualidade de vida dos munícipes, opta-se por elaborar e aprovar um regulamento que proceda à limitação dos períodos de funcionamento dos estabelecimentos de comércio, serviços e restauração.

Nestes termos, no uso das atribuições e competências que lhe estão atribuídas e aos seus órgãos pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e pelo estabelecido nas alíneas b) e g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 126/96, de 10 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 216/96, de 20 de novembro,